

## Teoria da dissociação-valor: análise da mercadoria e hierarquia sexual

Jéssica Cristina Luz Menegatti<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo expõe a teoria da dissociação-valor, da filósofa alemã Roswitha Scholz, que se baseia na crítica marxista do valor para entender a inferioridade da mulher como intrínseca à consolidação da forma-mercadoria. A evolução do patriarcado produtor de mercadorias se deu numa divisão de trabalho em que homens ficaram responsáveis pela esfera pública da produção social, enquanto mulheres pela esfera privada da reprodução, o que também representou uma divisão psicossocial e cultural-simbólica: aspectos relacionados à reprodução, os sentimentos, o “amor” e o cuidado, foram atribuídos às mulheres, como atividades inferiores, enquanto aspectos necessários à realização do valor, como força física e mental, racionalidade instrumental, destinados aos homens como representantes de uma realização social superior. Este artigo expõe brevemente a análise histórica empreendida por Scholz, destacando ainda aspectos contemporâneos da dissociação, visando, ainda, demonstrar o quanto a análise da teoria crítica de Scholz é útil para a construção de uma militância feminista interseccional que não se distancie da crítica do capital como gerador e mantenedor de desigualdades.

**Palavras-chave:** Roswitha Scholz; Crítica do valor; Dissociação-valor.

**Abstract:** This article exposes the theory of dissociation-value, developed by the German philosopher Roswitha Scholz, based on the Marxist critique of the value to understand the inferiority of women as intrinsic to the consolidation of the commodity form. The evolution of commodity producing patriarchy occurred in a division of labor

---

<sup>1</sup> Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bolsista CAPES/Demanda Social. E-mail: jessicamenegatti@hotmail.com.

in which men became responsible for the public sphere of social production as women through the private sphere of reproduction, which also represented a psychosocial and cultural-symbolic division: aspects related to reproduction, feelings, “love”, care, were attributed to women as inferior, as aspects necessary for the realization of value, as physical and mental strength, instrumental rationality, destined for men as representatives of a higher social achievement. This article discusses the historical analysis undertaken by Scholz, also highlighting contemporary aspects of dissociation, in order to demonstrate how much the analysis of Scholz’s critical theory is useful for the construction of an intersectional feminist militancy that is not distant from the critique of capital as generator and maintainer of inequalities.

**Keywords:** Roswitha Scholz; Value critique; Dissociation-value.

## Introdução

O que está por trás de frases imperativas e vulgares como “lugar de mulher é...” e “aja como um homem!”, sintetizadoras de significações morais aderidas ao sexo? A questão sobre a imposição de atividade *versus* passividade comportamental a homens e mulheres parece não poder ser justificada pela perspectiva biológica, o que remete a uma solução simplista, embora constantemente a ela se recorra, ora de modo chulo, ora sob uma espécie de pretensão cientificista.<sup>2</sup>

Sigmund Freud, no início do século XX, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* explicou haver três critérios de diferenciação sexual: biológico, psicanalítico e sociológico. O contraste de atividade e passividade se dá no sentido psicanalítico, por ser a libido definida

---

<sup>2</sup> Um exemplo foi o que ocorreu com o reitor da Universidade de Harvard, Lawrence Summers: em janeiro de 2005 ele declarou em uma conferência que as razões pelas quais as mulheres não acenderiam altas posições na carreira científica se dariam por “diferenças inatas” entre os sexos e supostas “aptidões intrínsecas” (SUMMERS, 2005). O simplismo de suas opiniões o fez ser execrado pela comunidade acadêmica, o que culminou em sua renúncia ao cargo no ano seguinte.

como ativa, observação que não pode necessariamente ser atrelada ao aspecto biológico, que consiste na observação de gametas, glândulas, etc.; o sentido sociológico seria a observação empírica de homens e mulheres no cotidiano (FREUD, 1996, p. 207-208). Freud reconheceu em “O mal-estar na civilização”:

O sexo constitui um fato biológico que, embora de extraordinária importância na vida mental, é difícil de apreender psicologicamente. Acostumamo-nos a dizer que todo ser humano apresenta impulsos, necessidades e atributos instintivos tanto masculinos quanto femininos, e, ainda que a anatomia, é verdade, possa identificar características de masculinidade e feminilidade, a psicologia não pode. Para esta, o contraste entre os sexos se desvanece num contraste entre atividade e passividade, no qual identificamos, de forma excessivamente imediata, a atividade com a masculinidade e a passividade com a feminilidade, opinião de modo algum universalmente confirmada no reino animal (FREUD, 1970, p. 126-127).

Aqui Freud esclarece que a observação dos caracteres biológicos pode diferenciar feminilidade de masculinidade, mas a psicologia não está apta à mesma constatação. Ele reconhece que basear-se nos critérios de atividade e passividade como identificadores dos sexos é uma conclusão “excessivamente imediata”. Isso quer dizer que se estes comportamentos ativos e passivos assumidos pelos sexos ao longo da evolução histórica da humanidade não podem ser apoiados pela anatomia, há que se reconhecer uma forma social que determine os indivíduos neste sentido. A questão que nos apresenta é entender o porquê da dominação social masculina e das significações comportamentais que se constituem como uma verdadeira ontologia sexual, que impõem indiscutível hierarquia. Por que a maior participação da mulher na “cultura” coexiste com sua persistente posição inferior? Neste artigo pretendemos expor possíveis explicações para este problema, a partir das proposições da filósofa alemã Roswitha Scholz, que se utiliza da crítica fundamental

do valor marxista para proceder à análise da constituição do valor como sexualmente determinada.

Após os anos 90 o debate feminista apoiado no marxismo perdeu força, em grande parte pelas teorias pós-estruturalistas sob perspectivas culturalistas que propunham a construção ou desconstrução do conceito de gênero. O movimento atual, que se tem convencionalmente denominado “Primavera Feminista”, sinaliza um retorno do marxismo ao debate sobre gênero, mas de forma um tanto ofuscada em função da coexistência de “feminismos”: liberal, radical, transgênero, interseccional, etc. Tais vertentes, embora não tenham surgido como fenômenos contemporâneos, têm sido popularizadas pelas redes sociais – que impulsionam indubitavelmente a militância feminista atual – todavia, percebe-se muitas vezes dentro destes movimentos uma fluidez ou ausência de delimitação de pautas e exata definição de seu objeto de crítica. Se o mundo virtual serve de instrumento a uma união de mulheres sedentas por pertencimento e identificação frente às experiências opressoras cotidianas, por outro lado, instaura-se uma espécie de “Torre de Babel feminista”, já que as nomenclaturas por vezes prevalecem sobre os conteúdos, as pautas não se conectam ou “conversam” e nota-se certa inclinação às narrativas descritivas da desigualdade rotineira e projeção de uma espécie de “culpabilização” do sexo masculino; a interseccionalidade parece se perder na tentativa de estabelecer uma escala de importância, disputando lugar de fala sem que se persiga uma teorização consistente e conjunta que indague sobre as origens e perpetuações mais profundas da dominação, pouco se questionando o movimento do capital como produtor e mantenedor destas relações desiguais.

E se o feminismo marxista tradicional denuncia as artimanhas do patriarcado capitalista como responsáveis pela desigualdade entre os sexos, é raro que se encontrem debates acadêmicos que enfoquem esta questão sob o ponto de vista da teoria do valor. Roswitha Scholz se empenhou em elaborar uma construção teórica que abordasse

o feminismo dentro da crítica do valor marxista, cujo ponto de partida é a análise da mercadoria segundo descrita por Marx em *O Capital*.

Scholz, assim como o filósofo Robert Kurz (com quem manteve constante diálogo e reciprocidade teórica), fez parte da Revista Krisis (publicação dedicada à exposição das ideias da crítica do valor) até 2004, momento em que houve uma cisão entre os membros da revista e ambos se retiraram por algumas divergências teóricas, entre elas a abordagem do valor como sendo sexualmente neutro.

Inspirada nesta corrente teórica e na teoria crítica de Theodor Adorno, Scholz inaugurou o que ela chama de *teoria da dissociação-valor* no artigo *O Valor é o homem*, de 1996, tendo melhor desenvolvido-a em seu livro *O sexo do capitalismo*, publicado em 2000.

## A dissociação-valor

A análise da mercadoria e seu fetichismo fornece uma importante base para o entendimento dos fenômenos sociais, já que sua forma

oferece uma espécie de matriz que nos faculta gerar todas as outras formas de “inversão fetichista”: é como se a dialética da forma-mercadoria nos apresentasse uma versão pura – destilada, por assim dizer – de um mecanismo que nos oferece uma chave para a compreensão teórica de fenômenos que, à primeira vista, nada têm a ver com o campo da economia política (direito, religião, etc.). Definitivamente, há mais em jogo na forma mercadoria do que a forma-mercadoria em si (ZIZEK, 1998, p. 301).

E esta matriz teórica se dá porque a mercadoria, antes de mero objeto, se trata de uma relação social que se projeta numa coisa por meio de abstrações que tornam possível a troca, rompendo-se a clássica divisão sujeito x objeto. Como disse Marx: “em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu

valor” (MARX, 1983, p. 54). E tais relações sociais acabam por permanecer ocultas como se os próprios objetos se relacionassem, tendo uma espécie de vida própria, constituindo-se assim o fetiche, a falsa consciência de que estes mecanismos de troca mercantil são coisa “dada”, de existência autônoma, e não criação social. Nestas relações sociais de troca de mercadorias coloca-se como primordial a diferença quantitativa entre bens diversos, que possuem assim *valores de troca* distintos. Nesta troca abstraem-se as características concretas dos objetos, sua materialidade que os fazem úteis à fruição humana, isto é, o seu *valor de uso*. Um terno e uma mesa são valores de uso completamente diferentes, possuem estrutura concreta e utilidade distintas, mas, interessando apenas o seu valor de troca, as qualidades particulares destes objetos são abstraídas e só importa a quantidade, que determinará quantos ternos vale uma mesa. Na esfera da produção o que quantifica e dá substância ao valor de troca, fornecendo sua medida de comparabilidade, é a quantidade de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria. No mesmo exercício de abstração que se efetua entre valor de uso x valor de troca, do trabalho determinado que produz certa mercadoria – *trabalho concreto* – se abstraem as características particulares que o caracterizam: não importa o trabalho realizado por determinado alfaiate ou carpinteiro, mas sim a expressão geral do trabalho que produz e quantifica o valor, denominando-se *trabalho abstrato*. O dinheiro é a “figura acabada” da forma-valor, sendo o modelo máximo da abstração que possibilita a comparabilidade de qualquer mercadoria nas trocas; na “fórmula geral do capital” o dinheiro possibilita a aquisição de matéria-prima e força de trabalho para que seja produzida uma mercadoria que se converta em mais dinheiro (D–M–D’), num movimento incessante de autovalorização do valor.

E para além do aspecto material, econômico, a prevalência de caracteres abstratos sobre coisas concretas pelas práticas sociais é uma lógica que determina todos os aspectos da sociedade mercantil,

e que, inclusive, possibilitou o pensamento científico e filosófico.<sup>3</sup> A forma-mercadoria se projeta como uma régua que modela todos os aspectos da socialização. Consciente disto e partindo destas categorias da análise da mercadoria, Scholz desenvolve a ideia de que houve uma dissociação sexual numa relação dialética simultânea com a forma-valor. Em termos mais claros: para que a forma-valor se erigisse à posição dominante na socialização pela mercadoria algo precisou ser dissociado, cindido, deixado de lado, tomado como o “outro” desta forma. Pensemos em dois opostos: de um lado a forma-valor, representando a esfera da produção social, com todas suas categorias e abstrações próprias; de outro, o dissociado, isto é, tudo que não se coadunava com a importância da forma-valor, a esfera da reprodução, o cuidado com as crianças, idosos e doentes e as atribuições domésticas que, se não eram irrelevantes, foram relegados a uma posição de secundariedade.

Para Scholz, a forma-valor foi associada ao masculino, já que foram os homens os protagonistas desta socialização, sendo-lhes vinculadas uma série de características que se relacionavam a esta forma e que constituíram uma significação ontológica da masculinidade: força, racionalidade, habilidade em livrar-se das emoções, inclinação ao pensamento científico e identificação com a cultura. O dissociado, por sua vez, se constituiu como o feminino, relegado ao âmbito privado, sendo nas mulheres depositados caracteres que deveriam ser rechaçados para a consolidação do valor e tomados como inerentes à identidade feminina: emotividade, “amor”, cuidado, sensualidade, fraqueza de caráter, inaptidão para o pensamento racional e identificação com a natureza.

---

<sup>3</sup> Neste sentido o filósofo alemão Alfred Sohn-Rethel, em seu livro *Intellectual and manual labour: a critique of epistemology* (1978), explicita, em linhas gerais, que o entendimento da evolução histórica da forma-mercadoria e do dinheiro como abstração real é necessário para compreender sua influência no surgimento de categorias conceituais que representam o desenvolvimento do pensamento científico e filosófico. Houve um destacamento de uma primeira natureza, corpórea, rumo a uma segunda natureza, das abstrações, pela prática de trocas de mercadorias.

“O valor é o homem”, não o homem como ser biológico, mas o homem como depositário histórico da objetivação valorativa. Foram quase exclusivamente os homens que se comportaram como autores e executores da socialização pelo valor. Eles puseram em movimento, embora sem o saber, mecanismos fetichistas que começaram a levar vida própria, cada vez mais independente, por trás de suas costas (e obviamente por trás das costas das mulheres). Como nesse processo a mulher foi posta como o antípoda objetivo do “trabalhador” abstrato — antípoda obrigado a lhe dar sustentação feminina, em posição oculta ou inferior —, a constituição valorativa do fetiche já é sexualmente assimétrica em sua própria base e assim permanecerá até cair por terra (SCHOLZ, 1996, p. 33).

Foram depositadas sobre a dualidade biológica dos sexos significações estritas psicossociais e simbólico-culturais que se colocavam numa relação de principal e secundário, protagonista e coadjuvante, forte e fraco, cultura e natureza, de modo a dar sustentação à ascensão da forma valor, sem que aquilo que dela ficasse de fora permanecesse “desprotegido”, já que todo este conjunto de funções e características que formavam o “diferente” do valor foram delegados à responsabilidade da mulher.

Na ordem simbólica do patriarcado produtor de mercadorias, a política e a economia estão agregadas ao homem; a sexualidade masculina é definida como exemplo do individualista, do agressivo, do violento; as mulheres, pelo contrário, apresentam-se como objeto, ou mesmo simples corpo. O homem é visto como ser humano, como pessoa de espírito, que domina ou submete o corpo; a mulher, pelo contrário, como não humana, como corpo. A guerra tem conotação masculina; as mulheres, inversamente, são tidas como disponíveis para a paz, passivas, sem vontade, estúpidas. Os homens têm de aspirar à fama, à coragem, às “obras imortais” (SCHOLZ, 2000).

Scholz faz questão de definir o princípio da dissociação como fundamental, estrutural e constitutivo da socialização pelo valor,



reforçando a relação dialética recíproca que se estabelece entre valor e dissociado:

não há nenhuma «relação de derivação» lógica imanente entre o valor e a dissociação. A dissociação é o valor e o valor é a dissociação. Cada um está contido no outro, sem ser idêntico a ele. Trata-se de ambos os momentos centrais essenciais da mesma relação social em si contraditória e fragmentária, que devem ser compreendidos ao mesmo alto nível de abstracção (*ibid.*).

Deste modo, o dissociado se coloca como o outro da forma-valor, a “não forma-valor”: o detalhe fundamental para o entendimento desta relação dialética é que a posição social de secundariedade à qual a mulher foi relegada não significa que a dissociação como categoria estrutural seja algo secundário, mas, ao contrário, o oposto fundamental que estrutura esta relação, sendo o dissociado aquilo que foi colocado em posição inferior como condição *sine qua non* para que reluzisse o protagonismo do valor.

## **Dos primórdios do patriarcado produtor de mercadorias aos dias atuais**

Roswitha Scholz caracteriza de modo claro como dentro de um patriarcado produtor de mercadorias a relação assimétrica entre os sexos é *constitutiva* pela oposição entre forma-valor e dissociação (homem x mulher), na exata esteira em que a ascensão do primeiro e a progressiva formação de uma esfera pública teve trajetória simultânea e pareada com a segunda. Scholz não pretende ontologizar o patriarcado, já que ressalva que a observação etnológica demonstra que ele não é regra geral<sup>4</sup> e que diferentes patriarcados assumem

---

<sup>4</sup> Neste sentido a observação etnológica de Margaret Mead, que estudou o comportamento de três tribos da Nova Guiné, em que a hierarquia de gênero não

caracterizações simbólicas diversas, mas ressalta que “um patriarcado no sentido de uma determinação patriarcal das relações sociais por meio do trabalho abstrato e do valor é típico apenas da sociedade ocidental. Por isso esta deve ser analisada em separado” (SCHOLZ, 1996, p. 17).

Em *O valor é o homem*, seu artigo inaugural, Scholz traça uma narrativa histórica da evolução do patriarcado produtor de mercadorias, e como a cisão entre esfera pública e privada se deu como suporte inicial da dissociação-valor: quanto maior se dava a separação destas esferas, mais dissociada a mulher na sociedade ocidental.

Nas sociedades agrárias não havia divisão entre esfera pública e privada, a mulher gozava de certa autonomia e o patriarcado ainda não se impunha às mulheres de modo engessador. Na Grécia Antiga, intensificou-se o ciclo de trocas que culminou na cunhagem da moeda, surgindo a esfera pública na *polis* e o terreno que possibilitou o início de um pensamento filosófico e científico. Já nesta época a mulher começava a ser vinculada à esfera privada e associada a características próprias da “feminilidade”: “Para Platão, por exemplo, a matéria é algo amorfo e dificilmente apreensível pelo pensamento, sendo definida (com gênero *feminino*) como a ‘hospedeira e ama das idéias’” (SCHOLZ, 1996, p. 20).

O declínio das trocas e a conseqüente dissolução da esfera pública representou também o declínio das relações de dominação e dissociação da mulher; nas tribos germânicas a mulher era positivamente associada com a natureza, o que lhe conferia importância por este *status* místico. Na Alta Idade Média, a também ausência de uma esfera propriamente pública significava que a mulher conservava

---

prevalência e as citadas características que na sociedade ocidental se atribuem aos homens (força) e mulheres (emotividade) não se repetem. Esta análise originou o livro *Sex and Temperament: In Three Primitive Societies*, publicado em 1935.

relevância social, já que era a administradora do lar; somado a este aspecto, persistia a concepção da mulher ligada à natureza na figura da “bruxa”, com poderes de curandeira e com conotação positiva. No século XII, mesmo com a presença da imagem cristã de Eva, a pecadora, tal símbolo não influenciou por completo as grandes massas camponesas, pelos resquícios culturais com a cultura germânica, não cessando a autonomia de que a mulher ainda gozava. No Renascimento, quando ressurgiram as trocas mercantis, com o advento das navegações e volta da esfera pública e da dinâmica do valor, acentua-se eminentemente a dissociação feminina. A consolidação do valor e do público culminou num desenvolvimento do pensamento científico humanista comprometido com o rompimento com a natureza em nome da razão, o que acabou por se refletir em abstrações que vinculavam a mulher com a natureza e o homem com a cultura, algo superior (SCHOLZ, 1996, p. 6-8).

Simultaneamente a este projeto de racionalização do mundo pelo homem, empreendeu-se a caça às bruxas e apropriação do conhecimento natural da mulher e inferiorização do feminino. O Iluminismo, época de consolidação da forma-mercadoria, intensifica em definitivo estes ideais sobre a mulher. O “Esclarecimento”, pretendendo romper com um passado considerado inferior, consolida uma visão universalista androcêntrica com categorias ontológicas que dessem conta de explicar este mundo superior diferenciado de um aculturado, “bárbaro”. Assim como se leva a cabo a explicação do que é Estado, Nação, Direito, também o ideal da mulher relegada ao doméstico e de inteligência diminuta é um projeto estabelecido pelo pensamento iluminista (KURZ, 2007, p. 155-159)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Ilustra este momento o pensamento de Rousseau em *Emílio, ou Da Educação*, de 1762: “Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não devem ser constituídos da mesma maneira, nem de caráter nem de temperamento, segue-se que não devem receber a mesma educação. Seguindo as diretrizes da natureza, devem agir de acordo, mas não devem fazer as mesmas coisas: o fim dos trabalhos é o mesmo, mas os trabalhos são

Scholz explica que neste período a ascensão do capital e sua necessidade de ampliação – depositada no homem como representante do trabalho abstrato e da racionalidade instrumental – acarretam a ideia de que a mulher precisa enfeitar a si mesma e ao lar para promover um ambiente onde o homem possa se refugiar das já massacrantes exigências da esfera pública.

No século XIX, a mulher perde em definitivo a autonomia e encontra-se domesticada, surgindo no final deste período os primeiros movimentos feministas que lograram conquistas relevantes a se consolidarem no futuro.

O século XX foi palco de conquistas sociais progressivas e inserção da mulher na esfera pública. Na atualidade, somos testemunhas do que Scholz denomina de “asselvajamento do patriarcado”: a misoginia, o feminicídio, o pensamento conservador que busca manter o status sexual hierárquico são de constatação cotidiana, e neste aspecto os movimentos feministas e as redes sociais têm sido eficientes em trazer à tona a denúncia destas iniquidades persistentes. Constatamos, ainda, que a ampla participação feminina na dinâmica da produção social não afasta por completo a concepção da mulher como hierarquicamente inferior. Tomando de empréstimo expressão de Regina Becker-Schmidt, Scholz define a mulher como “duplamente socializada” (SCHOLZ, 2000) isto é, sua participação na esfera pública não a desincumbe das atribuições privadas, somam-se as responsabilidades profissionais às concernentes à esfera da reprodução e a mulher encontra-se sobrecarregada, principalmente nas áreas mais pobres do terceiro mundo, em situação de crise do trabalho abstrato e dissolução de relações familiares tradicionais.

Além disso, a autora destaca ainda que a participação da mulher na esfera pública não afasta a dinâmica da dissociação, já que mesmo neste âmbito a mulher se vê em relações de trabalho desiguais, com salários inferiores e ainda sendo maioria na execução de funções mal

---

diferentes e, por conseguinte, os gostos que o dirigem”. (ROUSSEAU, 1992, p. 430).

remuneradas, ou seja, a dissociação não concerne somente à esfera privada, mas transfere-se para o âmbito público.

### **Pautas interseccionais e dominação sem sujeito**

Alçando a teoria da dissociação-valor ao *status* de princípio estrutural fundamental, Scholz não afasta as pautas interseccionais como secundárias, ao contrário, entende que a dissociação-valor, representando a instituição de relações dominador x dominado pela necessidade de solidificação do capital, fornece base teórica para abarcar questões de raça, classe e gênero, com todas as perspectivas multiculturais implicadas nesta intersecção. A negativa destas peculiaridades invalidaria o próprio embasamento de sua construção descritiva da dissociação. Deste modo, o apelo de Scholz seria por uma unificação de pautas em prol do entendimento desta teoria como constitutiva das relações hierárquicas estabelecidas pela formamercadoria:

Assim, o contexto da dissociação-valor não deve ser entendido como mero conceito sociologicamente limitado, no sentido da estrita relação de gênero, mas sim como um contexto global já sempre abrangente e determinando o todo social, que simultaneamente, sendo em si quebrado, não pode ser outra vez uma nova contradição principal no sentido anterior; à semelhança, por exemplo, da correspondente conceptualidade do marxismo do movimento operário. Precisamente por isso, hoje, no fim da era da hipostasiação da diferença e da relação, trata-se antes de mais de tematizar novamente a dissociação-valor como princípio social fundamental; e bem que para lá de qualquer instrumentalização do geral por um entendimento redutor a favor dos interesses de classe média branca no feminismo, uma vez que a teoria não mais androcentricamente afirmativa do todo em si quebrado tem de dar seguimento ao diferente e ao separado dela já a partir de si mesma. Só assim, aliás, pode ela existir na sua maneira paradoxal. Mas ela é como

tal impreterível na determinação do princípio fundamental negativo e abrangente (SCHOLZ, 2011, p. 10).

Um outro ponto extremamente relevante para entender a teoria da dissociação-valor é a ideia de que a relação de dominação é *sem sujeito*, construção teórica desenvolvida por Robert Kurz. Isso fica claro quando Scholz rechaça a ideia da mulher como “sujeito perfeito” e a imagem caricata do homem como aquele que “se poste ao lado da mulher constantemente de chicote em punho, para fazer valer sua vontade” (SCHOLZ, 1996, p. 17). Assim ela caracteriza a relação de dominação:

os depositários do domínio não são sujeitos autoconscientes, mas agem no interior de uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente. O valor sem sujeito remete ao homem sem sujeito, que na qualidade de dominador, de iniciador e realizador, colocou em movimento instituições culturais e políticas capazes de cunhar a história, que começaram a ter vida autônoma, inclusive com relação a ele (*ibid*).

Robert Kurz, em “Dominação sem sujeito”, de 1993, se posiciona contra as ideias subjetivas no sentido de que a classe burguesa traçasse um plano consciente de dominação, mas, ao mesmo tempo, refuta concepção teórica da própria crítica do valor, como, por exemplo, a de Ernst Lohoff, que entende os homens como meras *marionetes* do fetiche da mercadoria, numa absoluta supressão volitiva. Kurz reconhece o fetiche da mercadoria como responsável por relações de dominação reificadas, todavia, não vê os sujeitos como alçados à postura de robôs, mas sim *funcionários*, isto é, não há condicionamento, mas determinação, sendo os próprios dominadores movimentados por estas relações fetichistas:

não é o egoísmo abstrato, que enfim se teria desvelado como tal no capitalismo. Justamente o inverso: esta identidade é antes aquilo que não se resolve em nenhum cálculo econômico ou político de

interesses, e o que na modernidade surge paradoxalmente como egoísmo, na verdade não é nada de próprio ao indivíduo, mas algo que os domina. Também os dominantes são dominados; de fato, eles nunca dominam pela própria necessidade ou bem-estar, mas para algo simplesmente transcendente. Nisso eles sempre prejudicam a si próprios e realizam algo que lhes é alheio e aparentemente superficial. Sua suposta apropriação da riqueza transforma-se em automutilação (KURZ, 1993, s./p.).

Os sujeitos não são robóticos porque, nas palavras de Marx, “não sabem disso, mas o fazem”, ou seja, há atuação voluntária que consiste na adesão às normas da coletividade, embora apoiadas em uma falsa consciência, e isso também não significa que as mulheres estejam “absolutamente despojadas de seu poder de influência. Este, contudo, restringe-se em boa parte à esfera que lhes é atribuída.” (SCHOLZ, 1996, p. 17).

Este entendimento é relevante para entender as discussões que tem se travado atualmente: os “dominadores” são caracterizados sob uma perspectiva subjetivista, como união consciente de sujeitos destinados a um objetivo. O desconhecimento do fetichismo da mercadoria impede a interpretação destes “funcionários” como cumpridores de uma espécie de “agenda” que é a forma social da própria dinâmica do capital. É compreensível que estas discussões subjetivas se coloquem muitas vezes como reação ao conservadorismo crescente, que não raro se fixa em ofensas vulgares para a defesa do *status quo*. Todavia, tal postura parece carregar baixo potencial transformador, já que não questiona as formas sociais que movimentam as exclusões sociais.

Por isso, a construção teórica de Scholz é atual para a tomada de consciência sobre as hierarquias sexuais de forma coesa, já que adota uma perspectiva totalizante, não mais sob o ponto de vista universal androcêntrico, mas por meio de uma construção que descreve a totalidade das relações de dominação sem que se excluam os “não sujeitos” dissociados da forma-valor. Seu chamado é para

o entendimento coletivo do fetiche da mercadoria como determinante do patriarcado:

O patriarcado, afinal, não se nos depara apenas como mecanismo externo; nós mesmos, homens e mulheres, *somos* o patriarcado, e o confronto direto entre os sexos é um dos aspectos centrais de sua crise. Mas além disso é urgente a luta feminista de ambos os sexos contra as formas de existência *sociais*, objetivadas e reificadas das cisões patriarcais produzidas pelo valor. A superação do patriarcado é ao mesmo tempo a superação da forma fetichista da mercadoria, pois esta é o fundamento da cisão patriarcal. O objetivo revolucionário seria portanto um grau mais elevado de civilização, no qual homens e mulheres sejam capazes de fazer pelas próprias mãos sua história, para além do fetichismo e de suas atribuições sexuais. (SCHOLZ, 1996, p. 35-36)

## Conclusão

Scholz apela a uma questão de ordem: que não problematizemos os sintomas, mas as causas das hierarquias que nos determinam. A ruptura com uma lógica de vida que deva se movimentar para sustentar o processo de crescimento do capital, sendo substituída pela satisfação das necessidades e desenvolvimento das potencialidades humanas, representa também, de modo simultâneo, considerando-se a teoria da dissociação-valor, o declínio da ontologia sexual aprisionadora.

A teoria de Scholz se pretende ponto de partida para a conscientização acerca das relações moldadas pela forma-mercadoria, definindo um senso de urgência sobre o entendimento das abstrações que predominam sobre a concretude dos corpos e que esmagam a subjetividade individual em prol da subsistência do valor.



## Referências bibliográficas

FREUD, S. *Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*, ESB, vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1970.

KURZ, R. “Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora”. *Krisis*, Berlim, n. 13, dezembro 1993. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz86.htm>. Acesso em maio de 2017.

\_\_\_\_\_. “A ruptura ontológica”. In: CEVASCO, M. E. e OHATA, M. (org.). *Um crítico na periferia do capitalismo*. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARX, K. *O capital*. 6 volumes. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEAD, M. *Sexo y temperamento en las sociedades primitivas*. Barcelona: Editorial Laia, 1973.

ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou da educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SCHOLZ, R. *O sexo do capitalismo: Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado [Excertos]*, 2000. Disponível em [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz6.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm). Acesso em maio de 2017.

\_\_\_\_\_. “O valor é homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos”. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n. 45, julho 1996.

\_\_\_\_\_. “O tabu da abstracção no feminismo”. *Exit! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, Berlim, n. 8, julho 2011. Disponível em [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz15.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz15.htm). Acesso em maio de 2017.

SOHN-RETHEL, A. *Intellectual and manual labour: a critique of epistemology*. New Jersey: Humanities Press, 1978.

SUMMERS, L. *Remarks at NBER Conference on diversifying the Science & engineering workforce*, 2005. Disponível em <https://web.archive.org/web/20080130023006/http://www.president.harvard.edu/speeches/2005/nber.html>. Acesso em junho de 2017.

ZIZEK, S. “Como Marx inventou o sintoma?” In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.